

A PERTENÇA DO PATRIMÔNIO CULTURAL PELO CAMPESINATO DE SÃO LOURENÇO DO SUL ATRAVÉS DAS ESCOLAS DO CAMPO

MARLON BORGES PESTANA*

RESUMO

A burguesia agroindustrial não se interessa por assuntos que possam impactar a sua expansão fundiária. Portanto, a delimitação de sítios arqueológicos; a demarcação de terras indígenas e quilombolas são assuntos que não interessam a camada de latifundiários monocultores, principalmente por evitarem tocar em temas que consideram a repartição da terra como prioridade. Esse é o objetivo da Arqueologia Comunitária que considera a identidade originária da terra então propriedade privada soberana. Buscando artefatos do passado para a consolidação das identidades coletivas do presente. Nesse sentido, o patrimônio cultural tem sido uma forte e confiável ferramenta de acesso a terra, através do PRONATER e das atividades dos Educadores do Campo. A comunidade camponesa de São Lourenço do Sul, principalmente através das Escolas do Campo, tem identificado um número significativo de sítios arqueológicos e históricos, além de mapear diferentes comunidades tradicionais indígenas e quilombolas no intuito de oferecer ao camponês, em geral aos familiares dos alunos do campo, subsídios para impedir o avanço do monopólio da posse da terra e da monocultura mecanizada.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Arqueologia Comunitária; Educação Patrimonial.

ABSTRACT

The agribusiness bourgeoisie is not interested in matters that may impact its land expansion. Therefore, the delimitation of archaeological sites; the demarcation of indigenous lands and quilombolas are matters that do not interest the layer of single-owner landlords, mainly because they avoid touching on themes that consider the distribution of land as a priority. This is the goal of Community Archeology which regards the original identity of the land as sovereign private property. Seeking artifacts of the past for the

* Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor adjunto do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: mbpestana@furg.br

consolidation of the collective identities of the present. In this sense, cultural heritage has been a strong and reliable tool for accessing land through PRONATER and the activities of the Rural Educators. The peasant community of São Lourenço do Sul, mainly through the Campo Schools, has identified a significant number of archaeological and historical sites, as well as mapping different traditional indigenous communities and quilombolas in order to offer the peasants, in general to the families of the students of the field, subsidies to prevent the advance of the monopoly of land tenure and mechanized monoculture

KEYWORDS: Cultural Heritage; Community Archaeology; Heritage Education.

1 INTRODUÇÃO

São Lourenço do Sul possui uma área de 2.028,3 km², sendo a sua maior parte área de campo para atender a lavoura e a pecuária e está localizado aos 31°21'55" de Latitude Sul e 51°58'42" de Longitude Oeste. Este trabalho é o resultado do diálogo com camponeses, em especial do 9º ano e do ensino médio das Escolas do Campo no interior do município de São Lourenço do Sul. São familiares de lavradores que testemunharam, por décadas, a compra barata das terras vizinhas por ricos latifundiários, enquanto que suas famílias praticavam agricultura familiar beirando a subsistência (DA VEIGA, 1996). A adolescência no campo ofereceu aos alunos o testemunho do pai e da mãe que, ao retornarem da lavoura de fumo, diziam seguinte dizer: "Olha filho, hoje bati com a enxada nessa pedra de raio, a gente sabe que isso é coisa de bugre." Ou de ouvir a mãe dizer: "Outra vez cacos de panela brotando da terra, meu Deus, como tem". O trabalho de Educação Patrimonial nas Escolas do Campo (CÂNDIDO, 2007; GOMES, 2015) de São Lourenço explorou esses relatos e as diferentes formas de apropriação do saber escolar para abastecer de informações os adultos sobre achados em suas terras.

Na propriedade rural de agricultura familiar (DA VEIGA, 1996) por buscarem a sustentabilidade, é muito comum perceber a tensão, e porque não dizer pressão, que as comunidades camponesas sofrem para vender as já pequenas porções de terras para monocultores latifundiários. A presença de um Bem da União, protegido por lei, como é o caso de um sítio arqueológico, se torna uma espécie de repelente natural aos grandes empreendimentos de lavra mecanizada da terra. Esse é o caso dos sítios arqueológicos tipo "Cerrito", associados à tradição cerâmica Vieira,

tradicionalmente vinculado aos antepassados dos índios Charrua e Minuano, uma estrutura monticular pré-cabralina capaz de impedir o avanço da mecanização e conseqüentemente do esgotamento do solo, preservando as propriedades agro-familiares. O conjunto de ações de conscientização da legislação que protege os bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais, gerou uma espécie de saber coletivo básico na formação dos sujeitos coletivos das comunidades do campo no município de São Lourenço do Sul.

Isso significa dizer que nem todos se interessam pelo tema da Reforma Agrária se levada em consideração temas de relevância e importância nacional como, por exemplo, a destruição de um sítio arqueológico ou o avanço da lavoura monocultura através de terras quilombolas. Seja o bem cultural material ou imaterial, a posse dele pelo camponês, tem freado o avanço do latifúndio e gerado debates interessantes sobre a divisão de terras. Em especial levando consideração documentos materiais, tais como a cerâmica da tradição Neobrasileira encontrada nas áreas quilombolas, demarcando claramente o pertencimento daquele grupo. O mesmo ocorre para a delimitação de uma terra indígena que contenha cerâmica da tradição Tupiguarani, associada ao coletivo Guarani, a própria cerâmica existente no solo é um importante documento de demarcação de terras e, portanto, de auxílio à Reforma Agrária.

2 EROSÕES QUE DÃO MEDO

Tradicionalmente as voçorocas, as erosões causadas pelo pisoteio do gado, junto aos pequenos córregos e arroios, além de colúvios nas altas vertentes que tendem a sofrer com a pressão da intempérie, tendem a expor material arqueológico que estava em profundidade (MENESES, 2002; GUARNIERI, 1990). Outros processos erosivos, que produzem sulcos mais profundos, expõem material estratigraficamente mais antigo, que é o caso de registros fósseis da Megafauna do Pleistoceno e, mais profundo ainda, das matas de coníferas fossilizadas do Permiano (Triássico). Então, mencionar a respeito de qualquer cultura material ou fóssil em áreas de avanço do agronegócio é, por um lado, fortalecer o mapeamento para a gestão (BOVEDA LOPES, 2000) destas manifestações no território nacional e, por outro, fornecer subsídios para os agricultores familiares no interesse de uni-los de informação (FREIRE, 2014) para promover a preservação das jazidas fósseis e arqueológicas.

No início das atividades de educação nas Escolas do Campo

(GOMES, 2015) do alto vale do rio Camaquã (MENTZ RIBEIRO, 1986), em especial na localidade de Santa Auta, município de Camaquã, as pequenas palestras de pré-história e povoamento do Rio Grande do Sul indicavam uma atenção maior do camponês na construção de sua cidadania (SOARES, 2003; CAMPOS, 2016) e identidade cultural. O pequeno produtor que é o verdadeiro detentor do saber do campo (CALDART, 2003), em especial da origem do material arqueológico que é trazido pelos alunos das propriedades produtoras de fumo. A comunidade camponesa é mais interessada pelo patrimônio cultural (FUNARI; PELEGRINI, 2006) e pelo registro arqueológico manifestado na lavoura do que a elite latifundiária da grande produção agrária que quase sempre se equivoca sobre a noção exata do conceito de cultura (GUARNIERI, 1990). No primeiro caso, a facilidade dos achados está associada diretamente ao uso da enxada; enquanto que no segundo caso, a lavragem da terra por sistema mecanizado impede a visualização direta do solo, impossibilitando a identificação dos vestígios.

Foi daí que surgiu uma relação com achados fortuitos, sempre mais abundantes entre os camponeses do que entre a elite agrária. Proporcional também ao interesse e aos mitos associados às peças/artefatos (CHUVA, 1995; HORTA, 1999; FLORÊNCIO, 2012). Os contos e causos relacionados á pontas-de-flecha de pedra lascada, de fragmentos cerâmicos de panelas indígenas é mais rico e abundante entre os agricultores familiares e quase inexistentes entre os fazendeiros, apesar dos últimos terem o conhecimento dos artefatos em suas terras, não tem interesse em buscar informações sobre. Esse dado era frequentemente mencionado pelo arqueológico que realizou o levantamento arqueológico o alto vale do rio Camaquã Prof. Dr. Pedro Augusto Mentz Ribeiro (MENTZ RIBEIRO, 1986) e hoje, revisitando os sítios levantados pelo cientista, é fácil observar que pouca coisa mudou com evidente exceção do aumento da concentração fundiária nas mãos dos “fazendeiros”.

Nestas mesmas erosões, exposta em barrancos que ladeiam as estradas vicinais, junto dos pequenos córregos, arroios e riachos, aparece também material histórico. A faiança fina antiga, de origem inglesa não deixa dúvida sobre a presença do Império através do comércio. Mas junto destas é possível observar a cerâmica cabocla, faiança portuguesa, vidro verde oliva, cachimbos coloniais e alguma cerâmica indígena. Sendo possível, grosso modo, observar o intenso contato cultural nas diferentes localidades de São Lourenço do Sul, relações estas que trataremos em outro trabalho, mais adiante.

3 EXTENSIONISTA OU COMUNICADOR DO PATRIMÔNIO?

A teoria e o método utilizados nesta pesquisa têm como enfoque o campo (CALDART, 2003; 2004; MOLINA, AZEVEDO, 2004). O ambiente de trabalho do arqueólogo é o campo. Uma das características do profissional em Arqueologia é ter habilidades em se locomover, se adaptar e se comunicar em campo e com os moradores do campo. Inevitavelmente encontrará comunidades camponesas e outras vezes, territórios que representam uma única propriedade privada. Em geral, nos licenciamentos ambientais em que uma comprida linha de transmissão corta uma lavoura de arroz ou soja, trata-se apenas de uma única propriedade. O contato com os ocupantes do campo é inevitável, principalmente para interessados em trabalhar com Arqueologia Pré-História com um viés comunitário. A visita do arqueólogo a uma propriedade rural é também uma forma de educação patrimonial (HORTA *et al*, 1999; GRISPUM, 2000), momento em que há o diálogo entre um e outro saber. O arqueólogo é então o comunicador de um saber institucional e o camponês portador de profundo conhecimento local (FREIRE, 2014) e no contato há troca cultural (BARROS, 1994). É na troca cultural entre o paradigma do campo e o urbano que muitas vezes se constrói um saber múltiplo que fomenta a cidadania e a inclusão dos sujeitos coletivos do campo, inclusive para dialogar com os cientistas movidos por teorias urbanas pragmáticas e desconexas das realidades locais do campo (KREUTZ, 2005; BARROS, 1994). Nisso os camponeses, enquanto camada culturalmente complexa está anos luz a frente dos povos urbanos, na sua interação com o ambiente, animais e com outros seres humanos,

“Qualquer que seja, contudo, o nível em que se dá a ação do homem sobre o assunto, esta ação subentende uma teoria. Tal é o que ocorre também com as formas mágicas da ação. Sendo assim, impõe-se que tenhamos uma clara e lúcida compreensão de nossa ação, que envolve uma teoria, quer o saibamos ou não.” (FREIRE, 2014, p. 47)

Como uma das bases da formação do sujeito coletivo (MILITÃO, 1996), o patrimônio cultural é também fonte constituinte de saber local, informal, popular e comunitário. A troca, fundamentada no diálogo consciente, pacífico e não-impositivo (FREIRE, 2013), além de promover a preservação do patrimônio

cultural do campo, é capaz de produzir mais e mais registros de sítios arqueológicos, casarões históricos, cerritos, aldeias antigas, etc. Ou seja, não é inerte, mas dinâmico e produtor, ampliando os quadros de contributos aos registros nacionais de bens históricos. Então, teoricamente parece mais apropriada a perspectiva daqueles que trabalham para o fortalecimento da cidadania e da ação coletiva das comunidades do campo (BITENCOURT, 2015); ou melhor, teorias que valorizem as perspectivas camponesas e as formas de saber popular do campo (CALDART, 2003).

Logo, não é apenas um simples exercício da cidadania, é a observação direta de que o agronegócio é um dos grandes responsáveis pela destruição dos sítios arqueológicos no Rio Grande do Sul. As grandes extensões de lavouras tendem a planificar a terra, nivelando os cerritos, ocultando as manchas de terra preta e distanciando agricultor do solo. A agricultura familiar tem se apropriado da terra preta, utilizando-a e respeitando-a, aproveitando sua herança história sem causar grandes modificações na estrutura geral do registro arqueológico. E, neste último caso, o uso da enxada pelo pequeno agricultor o aproxima do solo, gerando intimidade com os artefatos na terra.

4 A PARTE QUE TE CABE DESTE LATIFÚNDIO: ARQUEOLOGIA COMUNITÁRIA

A experiência com o licenciamento ambiental tem mostrado que linhas de transmissão, parques eólicos, gasodutos, barragens e seus reservatórios, usinas sucroalcooleiras atravessam diferentes tipos de propriedades no campo. Em todos existe a possibilidade do registro de sítios arqueológicos. Cada propriedade apresenta características próprias de uso e apropriação sobre o patrimônio arqueológico. Em geral, os fazendeiros com grandes extensões monocultoras de arroz, soja ou qualquer outra não se interessam pelo diálogo com o arqueólogo visitante. É sempre observado um receio latente pela fragmentação do latifúndio, ou o entrave da produção, como é o caso das torres de energia elétrica atrapalhando o uso de aviões para aplicação de insumos químicos, pesticidas, herbicidas, etc. Uma desconfiança aliada da ignorância sobre o registro do sítio, um medo da perda de parte da terra para o Estado.

Diferente do latifúndio, os habitantes da pequena propriedade familiar não têm esse receio, pois se mantêm receptivos a novas informações. O pequeno produtor do campo é adepto do diálogo e orienta seus familiares a conhecerem melhor a cultura do campo e

os recursos culturais que o campo proporciona. Em São Lourenço do Sul é possível encontrar os dois casos, ambos em áreas escolares, região mais sensível é a mais antiga, chamada Boqueirão onde estão as localidades estão de Coxilha Negra e Coxilha do Barão. O primeiro povoado de São Lourenço do Sul é um espaço de fronteira entre o agronegócio e a agricultura/pecuária familiar. Da mesma formas que existem pesquisas interessadas na perda de material arqueológico ocasionado pelas erosões nas micro-bacias (POLETO *et al* 2017), existem aquelas interessadas nos agentes dos conflitos sociais que buscam se apropriar do material arqueológico para alicerçar um discurso de pertença cultural na formação do sujeito coletivo do campo através da cidadania (SOARES, 2003; DIAS; SOARES, 2008; BITENCOURT, 2015). Nada mais apropriado do que o conhecimento do patrimônio cultural para diminuir as distâncias dos agentes sociais do campo, reduzindo a exclusão e promovendo a cidadania.

Com raras exceções, estudam na escola do campo as crianças associadas aos sítios, chácaras e pequenas propriedades rurais que produzem legumes, hortaliças, fumo, queijo e outros produtos específicos. As crianças derivadas das fazendas do agronegócio, salvo exceções mais comuns, estudam em escolas particulares da cidade. As escolas visitadas, principalmente as das localidades do Boqueirão e Boa Vista, apesar dos excelentes professores, apresentaram poucos recursos bibliográficos e didáticos para satisfazer a curiosidade dos alunos sobre as peças arqueológicas que possuem em casa, que foram descobertas na ponta da enxada durante o trabalho de seus pais.

A associação conceitual entre Educação do Campo e Patrimônio Cultural precisa de um referencial teórico atual e que seja abrangente e capaz de abordar as questões específicas da diversidade cultural, da territorialidade e do diálogo dos diferentes agentes culturais. Florêncio (2014) através do IPHAN aponta os importantes elementos que hoje são temas transversais na pesquisa de campo em Patrimônio Cultural,

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção

coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO, 2014, p. 19).

E o conceito que melhor se adéqua aos referenciais teóricos da Educação do Campo que se aproximam do diálogo entre os agentes culturais e que também primam pela construção coletiva e democrática do conhecimento. O projeto político da Educação do Campo indica claramente uma demanda de sujeitos concretos com particularidades culturais e históricas pelo conhecimento sistêmico e disciplinar. Essa demanda é normalmente negligenciada para comunidades tradicionais que, através dos diferentes movimentos sociais do campo em São Lourenço do Sul, tem demonstrado a importância da cooperação participativa das famílias agrícolas para se pensar o patrimônio cultural local. Essa é a proposta de Educação do Campo que utilizamos,

Nossa proposta é pensar a Educação do Campo como processo de construção de um *projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo*, gestado desde o ponto de vista dos *camponeses* e da trajetória de luta de suas organizações. Isto quer dizer que se trata de pensar a educação (política e pedagogia) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a educação (que é um processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um dado tempo histórico. (CALDART, 2004, p. 3)

E um terceiro passo seria o conceito de pesquisa comunitária, em especial Arqueologia Comunitária que vem desde 2002 mostrando o seu valor para a construção de vivências através de oficinas para a recriação de cultura material antiga para ser utilizada pelas comunidades tradicionais (MARSHALL, 2002). A prática da educação popular na educação patrimonial é conhecida dos profissionais arqueólogos que trabalham no campo e são do campo (DIAS; SOARES, 2008; DA SILVA, 1996), mas as práticas de Arqueologia Comunitária ainda são raras no Estado do Rio Grande do Sul, tendo seus focos pioneiros em São Lourenço do Sul no quilombo da Coxilha Negra, onde uma vivência de pitos monjolos (cachimbos quilombolas com impressão de búzio) recriou através da oficina de cerâmica, um artefato da cultura material quilombola para evitar o seu desaparecimento. Segundo Marshall,

A Arqueologia Comunitária representa uma oportunidade. Precisamos dela, não porque seja politicamente correto, mas porque enriquece nossa disciplina. A Arqueologia Comunitária nos incentiva a fazer perguntas sobre o passado que não consideraríamos, os vestígios arqueológicos permanecem em uma nova luz e nos faz pensar de novas maneiras sobre como o passado informa o presente. Renunciando ao direito de controle total sobre um projeto arqueológico e permitindo que as comunidades tomem decisões críticas sobre as orientações de pesquisa, questões e prioridades, num primeiro momento pode parecer uma perda. Certamente isso às vezes significa que as questões de pesquisa realizadas por gerações de acadêmicos devem ser postas de lado. No entanto, com o fechamento de uma oportunidade outros espaços são abertos. (MARSHALL, 2002, p. 218)

Adotar as vivências tradicionais nos projetos de Educação Patrimonial do Campo é permitir que as comunidades tomem decisões críticas sobre os rumos dos projetos arqueológicos, lançando mão da cultura material como recurso de memória para o fortalecimento de suas identidades culturais (TULY, 2007). Da mesma forma que Marshall (2002) se refere na citação acima, pode haver uma sensação estranha num primeiro momento, como se estivesse perdendo o controle do projeto, mas é justamente esse processo que dá voz às comunidades, abrindo-se aí uma vasta oportunidade de diálogo.

A matriz teórica deste projeto é a Arqueologia Comunitária (MARSHALL, 2002; TULY, 2007; MAPUNDÁ; LANE, 2004). Essa é a perspectiva que melhor se enquadra na execução de vivendas tradicionais nas comunidades do campo e nas escolas do campo de São Lourenço do Sul. É a uma das únicas, aliás, que oferece total liberdade às comunidades de escolher os recursos culturais que desejam replicar. Cria-se assim, lugares de memórias que são constantemente revisitados e rememorados, tendo sua âncora de memória em algum artefato guia, este representante de sua cultura pretéria. Este objeto pode ser desde um prato típico da culinária, um adorno cerâmico, uma panela ou uma boneca de pano ou saber fazer de um queijo colonial.

CONCLUSÃO

As oficinas de cachimbos quilombolas, semelhantes aos da fase Monjolo da tradição Neobrasileira com impressão de búzio, apêndice ferradura; a produção de cerâmica Nagô e Mina nos

mesmos territórios têm empoderado comunidades quilombolas a buscar e preservar o seu patrimônio histórico-cultural na luta pela demarcação de suas terras. O mesmo acontece com as oficinas de cerâmica indígena nas TI's de Paxeca e Canta Galo próximas a São Lourenço do Sul, que tem buscado produzir réplicas da cerâmica associada a tradição Tupiguarani, subtradição Guarani. A produção de vasilhas e artesanato cerâmicos baseados no relato histórico-arqueológico tem empoderado as populações indígenas e quilombolas na construção do sujeito coletivo, no fortalecimento dos laços sociais da identidade social e da pertença cultural.

Buscar artefatos do passado, cujas réplicas executadas através das vivendas da Arqueologia Comunitária, podem e estão colaborando na construção da identidade cultural das comunidades tradicionais. O resultado positivo da ação do patrimônio cultural nas comunidades tradicionais abre espaço para novos questionamentos, inclusive possibilidades de economia e renda. Por exemplo, quais outros artefatos arqueológicos, além de painéis e cachimbos cerâmicos podem ser recriados culturalmente para fortalecer a identidade cultural das populações estudadas? Temos algumas suspeitas: constas de colar de osso e cerâmica, construções baseadas na bibliografia de viajantes, produção de atividades relacionadas ao saber popular. Esse então o objetivo da Arqueologia Comunitária, trazer o patrimônio histórico e arqueológico para a pauta política na demanda de empoderamento das comunidades tradicionais atingidas pelo agronegócio. E colaborar, dentro do possível, com o enriquecimento cultural dos povos do campo de São Lourenço do Sul, amenizando o impacto da grande lavoura de monocultura sobre os mesmos, buscando a transição agroecológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, E. de V. **Princípios de ciências sociais para a extensão rural**. UFV, 1994.

BÓVEDA LÓPEZ, M. M. (coord). *Gestión patrimonial y desarrollo social*. **CAPA**, 12, 2000.

CALDART, Roseli Salette. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, 2003.

CALDART, Roseli Salette. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo**. Revista Trabalho Necessário/MST, ano 2, n. 2, 2004.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Educação patrimonial em variados territórios**: relato de uma experiência itinerante. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

CAMPOS, Juliano Bitencourt et al. Patrimônio e cidadania: a educação patrimonial nas escolas e a formação cidadã. **Revista Memorare**, v. 3, n. 1, 2016.

CHUVA, Márcia. (org.) **A invenção do patrimônio**. Ministério da Cultura/IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

DA SILVA, Jair Militão. **Educação Comunitária: estudos e propostas**. Editora SENAC São Paulo, 1996.

DA VEIGA, José Eli. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

DIAS, Guilherme; SOARES, André L. Ramos. Educação Patrimonial e Educação Popular: um viés possível. In: KLAMT, Sergio Célio; SOARES, André Luis Ramos (Orgs.). **Educação patrimonial: teoria e prática**. UFSM: Santa Maria, 2008. p. 49-59.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. IPHAN, João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, p. 22-29, 2012.

FUNARI, Pedro P. e PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Editora Paz e Terra, 2014.

GOMES, Antônia Simone. **Educação Patrimonial em uma escola do campo**: Proposta educativa que visa à valorização do patrimônio cultural local. Anais do XI Encontro Regional Sudeste de História Oral, Niterói-UFF, 2015.

GRISPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio: Museu de Arte e escola**. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2000. (Tese de doutorado)

GUARNIERI, Waldisa R.C. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e preservação. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n.3, p.7-12, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

KREUTZ, Ivar José; PINHEIRO, Sergio Leite Guimarães; CAZELLA, Ademir Antonio. A construção de novas atribuições para a Assistência Técnica e Extensão Rural: a mediação com reconhecimento da identidade. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA RURAL E SOCIOLOGIA RURAL**. 2005.

MAPUNDA, Bertran & LANE, Paul. Archaeology for whose interest –

archaeologists or the locals?, p. 211-223. In: MERRIMAN, Nick (org). **Public Archaeology**, 2004.

MARSHALL, Yvonne. What is Community Archaeology? **World Archaeology**, v. 32, n. 2, p. 211-219, 2002.

MENESES, U. T. B. A paisagem como fato cultural. In YÁSIGI, E. (org) **Turismo e Paisagem**, p. 29-64. São Paulo: Contexto, 2002.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. Levantamentos arqueológicos no alto vale dos rios Camaquã e Irapuá, RS, Brasil. In: **Revista do CEPA**, v. 13, n. 15, Santa Cruz do Sul: APESC, 1986. pp. 41-86.

MOLINA, Mônica & AZEVÊDO DE Jesus, Sônia Meire S. (orgs). Educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. **Coleção por uma educação do campo** (vol. 5) Brasília, Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

POLETO, Cristiano; BEIER, Elissandro Voigt; FERNANDES, Felipe. Ocupação zonal do solo em micro bacias antrópicas: um estudo de caso. In: **Congresso Internacional de Hidrossedimentologia** (2.: 2017: Foz do Iguaçu). Anais. Foz do Iguaçu: Interciência, 2017.

SOARES, A. L. R. Educação Patrimonial: valorização da memória, construção da cidadania, formação da identidade cultural e desenvolvimento regional, In: SOARES, A. L. R. (org.). **Educação Patrimonial: Relatos e Experiências**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003. p.15-32.

TULY, Gemma. Community Archaeology: General Methods and Standards of Practice. **Public Archaeology**, v. 6, p. 155-187, 2007.

Recebido em 02/08/2017

Aprovado em 29/08/2017